



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Município: MANGA/MG**



#### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Programada

**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**CPF/CNPJ:** 12.050.997/0001-73

**Município/UF:** MANGA-MG

**Unidade Visitada:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**CPF/CNPJ:** 12.050.997/0001-73

**Município/UF:** MANGA/MG

**Demandante:** Componente Estadual do SNA

**Forma:** Direta

**Objeto:** Controle, Avaliação e Auditoria

**Abrangência:** 01/06/2018 a 28/02/2020

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	10/02/2020	28/02/2020
Execução - In loco	02/03/2020	06/03/2020
Relatório	09/03/2020	30/03/2020

**Tarefa Nº:** 106130

**Natureza da Entidade:** Municipal

#### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**LUCIENE DE ALMEIDA SOUSA DAMACENO**

**Cargo:** Secretária Municipal de Saúde

**Exercício:** 02/01/2017 a 31/05/2019

**PAULA BEATRIZ DE ALMEIDA**

**Cargo:** Secretária Municipal de Saúde

**Exercício:** Desde 31/05/2019

#### III - INTRODUÇÃO

##### FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2020, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), após a publicação da Deliberação CIB-



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



SUS/MG Nº 2.194/2015, de 21/10/2015. Ressalta-se que o município foi habilitado como gestão plena de seus prestadores através da Deliberação CIB/SUS/MG Nº 2.657 de 27/12/2017, alterada pela Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.683 de 09/03/2018, com efeitos financeiros a partir de junho de 2018 (Conforme documento: Municípios do Estado de Minas Gerais que detêm a gestão de seus prestadores, disponível

e m : [https://www.saude.mg.gov.br/images/anexos/PDR/15-05\\_Municipios\\_do\\_Estado\\_de\\_Minhas\\_Gerais\\_que\\_detem\\_a\\_gestao\\_de\\_seus\\_prestadores.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/anexos/PDR/15-05_Municipios_do_Estado_de_Minhas_Gerais_que_detem_a_gestao_de_seus_prestadores.pdf)

O processo foi desencadeado pelo Memorando SES/AUDSUS Nº 58/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que designa a equipe de auditores

3

para realização da auditoria programada na SMS de Manga, no período de 02 a 06 de março de 2020, em conformidade com a Resolução SES/MG Nº 2906/2011.

#### OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA

O objetivo da ação é avaliar se o município de Manga, que assumiu a gestão dos seus prestadores, se organizou adequadamente para atender as atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle e avaliação, auditoria e pagamento dos prestadores. O período auditado foi de junho de 2018 até a data da realização da fase operativa da auditoria.

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Manga está localizado na macrorregião de Montes Claros, mesorregião do Norte de Minas, com uma área de 1.968 km<sup>2</sup>. Sua população estimada pelo IBGE 2018 é de 18.594 habitantes. Dista 711.00 km da capital do Estado, Belo Horizonte e 277.00 Km do município de Montes Claros, esta sua principal referência na área da saúde.

Sua rede própria de saúde, segundo o CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - conta com 01 Serviço de Vigilância em Saúde, 01 Laboratório Municipal, 06 Unidades Básicas de Saúde, 01 Centro de Saúde, 01 Centro de Fisioterapia, 01 Farmácia Básica Municipal e 01 CAPS I, além de um Hospital Geral Filantrópico, atendendo principalmente as quatro clínicas básicas.

#### IV - METODOLOGIA

##### FASE ANALÍTICA

Para subsidiar a fase operativa foram analisados:

- Relatórios disponíveis no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS), período de junho de 2018 a março de 2020, extraídos em 24 de fevereiro de 2020;
- Relatórios do SUSFACIL período de junho de 2018 a março de 2020, extraídos em 24 de fevereiro de 2020;
- Relatórios disponíveis no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), acessado em 24 de fevereiro de 2020.

Foram ainda elaboradas matrizes de coleta de informações e matrizes de análise de informações para subsidiarem a fase operativa do processo.

##### FASE OPERATIVA

- Realização de reunião de abertura da auditoria com a Secretária Municipal de Saúde de Manga, no dia 03/03/2020 para apresentação e informações sobre os trabalhos a serem desenvolvidos na Secretaria Municipal de Saúde e os objetivos da Auditoria;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado

---



- Conferência e análise de toda documentação solicitada através do Ofício de Comunicação de Realização da Auditoria e outras solicitadas in loco;
- Realização de entrevistas e elaboração de Termo de Declaração com a Gestora Municipal de Saúde em 05/03/20;
- Realização de contatos com servidores da Prefeitura Municipal responsáveis pela parte financeira e contábil do Fundo Municipal de Saúde, Setor de Licitações e Contratos e Recursos Humanos, durante toda fase operativa da auditoria;
- Realização de reunião de encerramento da auditoria contando com a presença dos auditores designados para a ação de Auditoria e da Secretária Municipal de Saúde, em 05/03/20.





#### LIMITAÇÕES

Ausência de servidores responsáveis pelo Serviço de Controle, Avaliação e Regulação e do Setor de TFD durante a fase operativa, sob alegação de problemas de saúde.

#### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 597782

**Subgrupo:** Estrutura

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Não existe Componente Municipal de Auditoria implantado.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme oitiva com a Secretária Municipal de Saúde, formalizada em seu Termo de Declaração, verificou-se que o município não implantou a auditoria para atuar sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados sob sua gestão, que não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial e que também não destinou recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades do Componente Municipal de Auditoria.

Constatação em desacordo com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso VIII; Lei nº 8689/1993, artigo 6º, § 2º; Decreto nº 1651/95, artigo 1º e artigo 4º, parágrafo 3º.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A., Secretária Municipal de Saúde, de 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

O Município formalizou o Decreto Nº.065/2020, de 30 de outubro de 2020 que regulamenta o Componente Municipal de Auditoria do Sistema Único de Saúde e Dispõe sobre sua Regulamentação, instituindo o Componente Municipal do Sistema Único de Saúde CMA/SUS, órgão integrante do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, no nível municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentaram cópia do Decreto Municipal Nº 065/2020 de 30 de outubro de 2020, citado na manifestação, instituindo e regulamentando o Componente Municipal de Auditoria.

Tendo em vista esta iniciativa, considera-se que a não conformidade foi sanada parcialmente. Contudo não foi apresentada documentação comprobatória da existência de equipe multiprofissional e dos recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades do Componente Municipal de Auditoria, bem como comprovação do efetivo funcionamento do Serviço, através da emissão de relatórios e comunicados aos auditados e setores/órgãos interessados.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar plenamente a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

**Recomendação:** Implementar, efetivamente, o Componente Municipal de Auditoria, cumprindo o que determina a deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768, Anexo I, inciso VIII; Lei nº 8689/1993, artigo 6º, § 2º; Decreto nº 1651/95, artigo 1º e artigo 4º, parágrafo 3º.

### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANGA - FMS MANGA	12.050.997/0001-73

**Grupo:** Regulacão

**Constatacao Nº:** 597800

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão

**Item:** Alimentacão de Sistemas Informatizados

**Constatacao:** A Secretaria Municipal de Saúde realiza o processamento da producao dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados nos sistemas de informacão do SUS.

**Evidencia:** Verificou-se, analisando a documentacão solicitada e disponibilizada pela entidade auditada (vide tópico Fonte de Evidencia) que a Secretaria Municipal de Saúde é a responsável e, efetivamente, realiza o processamento da producao dos estabelecimentos de saúde, próprios e contratados, nos sistemas de informacão do SUS, a saber: SIA/SUS e SIH/SUS.

Constatacao em conformidade com a Portaria de Consolidacao nº 02/2017, anexo XXVI, artigo 4º, inciso VI e artigo 10, parágrafo 3º, inciso XII; Resolucao CIT nº 04/2012, anexo I, item 4.1.H; Deliberacao CIB-SUS/MG nº 2.768/2018, anexo I, inciso III.

**Fonte da Evidencia:** - Cópias da seguinte documentacão

- Recibos de envio de dados - SIA/SUS - período de 01/2019 a 01/2020;
- Relatórios Sintéticos de Procedimentos por Unidade/CMP Físico, referentes ao período de 01/2019 a 01/2020;
- Recibos de envio de dados - SIHD/SUS - período de 06/2018 a 01/2020;
- Relatórios Valor Apresentado X Programado X Aprovado - SIHD2 - referentes ao período de 06/2018 a 01/2020;
- Demonstrativos de AIHs aprovadas, Hospital FUNRURAL, competências 01/2019 a 01/2020.

**Conformidade:** Conforme

041.969.406-41

**Grupo:** Gestão Municipal

**Constatacao Nº:** 597806

**Subgrupo:** Regulacão

**Item:** Rotina de Trabalho

**Constatacao:** A Secretaria Municipal de Saúde possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

**Evidencia:** Verificou-se, analisando a documentacão solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, que a Secretaria Municipal



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



de Saúde possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Foram apresentados os protocolos clínicos de: diarreia aguda, infecções do trato urinário, pneumonias comunitárias, gestação e leishmanioses, todos eles desenvolvidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com o perfil epidemiológico municipal. Tais protocolos foram divulgados entre os servidores afetos às ações

6



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



que receberam a devida capacitação. Além dos citados protocolos o município utiliza os protocolos e diretrizes terapêuticas elaborados, utilizados e disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Ministério da Saúde.

Constatação em conformidade com a Resolução CIT nº 04/2012, anexo I, item 4.1.E e Portaria de Consolidação nº 02/2017, anexo XXVI, artigo 10, parágrafo 3º, inciso III.

**Fonte da Evidência:** - Cópias dos protocolos clínicos de diarreia aguda, infecções do trato urinário, pneumonias comunitárias, gestação e leishmanioses elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 597850

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não utiliza protocolos de regulação do acesso.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, constatou-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não utiliza protocolos de regulação do acesso. Nenhum protocolo neste sentido foi apresentado ou observado pela equipe de auditores na rotina do referido serviço.

Constatação em desconformidade com a Resolução CIT nº 04/2012, anexo I, item 4.1.F, com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, anexo XXVI, artigo 4º, inciso V e artigo 8º, parágrafo 1º, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Com o avanço da estrutura de saúde do município de Manga tendo como consequência a ampliação dos serviços de saúde implementados na rede local, como as consultas e procedimentos especializados em âmbito hospitalar, houve a necessidade da elaboração dos protocolos de acesso a estes serviços, assim sendo, os serviços foram organizados conforme Protocolo de Regulação do Acesso aos Procedimentos de Média e Alta Complexidade, cuja implantação está em andamento abrangendo toda a estrutura até o final de novembro de 2020 (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do documento intitulado PROTOCOLO DE REGULAÇÃO DO ACESSO - Procedimentos de Média e Alta Complexidade - elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, em outubro de 2020.

O referido documento consta de introdução, Organização das Ações de Regulação no Município, contendo unidades solicitantes e executoras, além de fluxo de Referência e Contra Referência. Consta, ainda: Normatização e Aspectos



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

Conceituais, com conceitos, Protocolos, atuação do médico regulador, opções para o regulador, classificação de prioridades, protocolos para consultas e procedimentos especializados, por especialidade e anexos (Laudo BPA-I - solicitação de exames - e Laudo APAC - Procedimentos de Alta Complexidade).

7

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

#### Acatamento da Justificativa: Sim

**Grupo:** Regulacão

**Constatacão Nº:** 597853

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão

**Item:** Recursos Humanos/Capacitacão

**Constatacão:** O Servico de Controle, Regulacão e Avaliacão, através da Secretaria Municipal de Saúde, incentiva a capacitacão permanente das equipes que atuam nas unidades de saúde do município.

**Evidência:** Analisando a documentacão solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, constatou-se que o Servico de Controle, Regulacão e Avaliacão, através da Secretaria Municipal de Saúde, incentiva a capacitacão permanente das equipes que atuam nas unidades de saúde do município.

Verificou-se a comprovacão documental (certificados, atestados e lista de presenca) da realizacão de diversas capacitacões, cursos, oficinas e seminários nas diversas áreas de atuacão. Citam-se, por exemplo, capacitacão teórica para diagnóstico clínico em hanseníase, curso de diagnóstico de HIV na plataforma Telelab, curso de diagnóstico de hepatites virais, curso de diagnóstico da sífilis, curso de capacitacão em servicos de referêncià à saúde dos adolescentes, implementacão do sistema de informacão do câncer e curso de alinhamento de vacinacão, dentre outros.

Constatacão em conformidade com a Portaria de Consolidacão 02/2017, anexo XXVI, artigo 8º, parágrafo 1º, inciso VII.

**Fonte da Evidência:** - Cópias das listas de presenças, programacões e certificados dos seguintes cursos: capacitacão teórica para diagnóstico clínico em hanseníase, diagnóstico de HIV na plataforma Telelab, diagnóstico de hepatites virais, diagnóstico da sífilis, capacitacão em servicos de referêncià à saúde dos adolescentes, implementacão do sistema de informacão do câncer e de alinhamento de vacinacão, dentre outros.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulacão

**Constatacão Nº:** 597854

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação, não são capacitadas de forma permanente, não tendo sido apresentada nenhuma evidência de que tal ocorre ou ocorreu em determinado período de atuação do serviço.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, anexo XXVI, artigo 10, inciso V. **Fonte da**

**Evidência:** - Verificação in loco;

8



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Termo de Declaração de P.B.A. Gestora Municipal de Saúde. 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Foi implantado no serviço o Programa de Educação Permanente em saúde visando a realização de ações de capacitação de forma permanente, para as equipes de regulação, Controle e Avaliação (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentaram cópia do documento denominado PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DE MANGA, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde. No citado documento consta conceito de funções, atribuições do Núcleo de Educação Permanente, Eixos de Desenvolvimento das Atividades, Metodologia dos Cursos Programados, Ficha de Atividade para Registro das Informações de Educação Permanente e programa de Capacitação para os Componentes do Sistema Municipal de Auditoria, não tendo sido apresentado tal proposta (implementação da educação permanente) para as equipes de Regulação, Controle e Avaliação. Como anexos foram apresentados modelos da Ficha de Registro das Informações e da Lista de Presença a ser adotada.

Tendo em vista que a manifestação, corroborada pela documentação apresentada, demonstram o início de uma trajetória visando implementar a capacitação permanente no Sistema Municipal de Saúde, considera-se que a não conformidade foi parcialmente sanada. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Recomendação:** Implementar, efetivamente, o programa de capacitação permanente das equipes de saúde municipal, em especial a de Regulação, Controle e Avaliação, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 02/2017, anexo XXVI, artigo 10, inciso V.

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 597856

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território. Também informa aos usuários, de forma ampla, através de painéis informativos no saguão da Secretaria Municipal de Saúde, procedimentos disponíveis e utilizados no mês.

Foram apresentados dados de demandas resolvidas e reprimidas, lista de agendamentos e realização de procedimentos nas diversas unidades de saúde do município, inclusive no Hospital local.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Constatação em conformidade com a Resolução CIT nº 04/2012, anexo I, item 4.1.J.

**Fonte da Evidência:** - Cópias dos registros dos dados de demandas resolvidas e reprimidas, lista de agendamentos e realização de procedimentos nas diversas unidades de saúde do município, inclusive no Hospital local, do período de

9

abrangência da auditoria:

- Registro fotográfico dos painéis informativos localizados no saguão da Secretaria Municipal de Saúde.

**Conformidade:**Conforme

**Grupo:** Regulacão

**Constatacao Nº:** 598994

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão

**Item:** Controle Média Complexidade

**Constatacao:** A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI.

Foram apresentados registros de pacientes atendidos em outros servicos/localidades referenciados via TFD e de acordo com a PPI. lista de espera de pacientes aguardando tais encaminhamentos e registros de cotas da PPI utilizadas e por utilizar afixados em painéis informativos localizados no saguão da Secretaria Municipal de Saúde.

Constatacao em conformidade com Resolucao CIT Nº 04/2012. Anexo I. item 4.1.g e Portaria de Consolidacao Nº 02/2017. Anexo XXVI. artigo 10. parágrafo 3º. inciso IV.

**Fonte da Evidência:** - Cópia da relação de pacientes atendidos no período de abrangência da auditoria em outros servicos/localidades. via TFD;  
- Cópia da lista de espera de pacientes a serem referenciados via PPI. por especialidade/procedimento a ser realizado, também referentes ao período de abrangência da auditoria;  
- Registro fotográfico de painéis informativos afixados no saguão da Secretaria Municipal de Saúde.

**Conformidade:**Conforme

**Grupo:** Regulacão

**Constatacao Nº:** 598995

**Subgrupo:** Centrais de Regulacão

**Item:** Atendimento à Demanda/Lista de espera





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Foram apresentados relatórios demonstrativos de pacientes atendidos por localidade e por procedimento realizado, listas de espera para atendimento clínico e cirúrgico por localidade, relatórios do SUS Fácil e relatórios demonstrativos de cotas programadas, utilizadas e saldo por município que referencia para o Sistema Municipal de Saúde de Manga.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 10, parágrafo 3º, inciso V.

10



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

**Fonte da Evidência:** - Cópias de relatórios demonstrativos de pacientes atendidos por localidade de origem e por procedimento realizado, referentes ao período de abrangência da auditoria:  
- Cópias das listas de espera para atendimento clínico e cirúrgico por localidade de origem, atualizadas mensalmente, referentes ao período de abrangência da auditoria:  
- Cópias dos relatórios do SUS Fácil por procedimentos e por localidade de origem, atualizado à data da auditoria operativa, referentes ao período de abrangência da auditoria:  
- Registro fotográfico de relatórios demonstrativos de cotas programadas, utilizadas e saldo por município que referencia para o Sistema Municipal de Saúde de Manga, afixados em painéis informativos localizados no saguão da Secretaria Municipal de Saúde.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulacão

**Constatação Nº:** 598996

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão

**Item:** Atividades/Programacão/Supervisão/Revisão

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulacão e Avaliacão participa da elaboracão e revisão periódica da PPI.

**Evidência:** Analisando a documentacão solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que o Serviço de Controle, Regulacão e Avaliacão participa da elaboracão e revisão periódica da PPI.

Foram apresentados quadros demonstrativos da PPI, por localidade e geral, município de atendimento e municípios de origem, mensalmente, e atualizados à data da auditoria operativa. Foram também apresentadas as atas das reuniões da CIR/CIRA oficializando as propostas de revisão da PPI.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidacão Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 10, parágrafo 3º, inciso X.

**Fonte da Evidência:** - Cópias dos quadros demonstrativos da PPI, por localidade e geral, município de atendimento e municípios de origem, mensalmente, e atualizados à data da auditoria operativa, referentes ao período de abrangência da auditoria.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulacão

**Constatação Nº:** 598997

**Subgrupo:** Controle e Avaliacão

**Item:** Atividades/Programacão/Supervisão/Revisão



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada verificou-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. Registra-se apenas o fluxo de entrada de pacientes oriundos de outros municípios e a saída de pacientes residentes para atendimento em outras localidades, inexistindo ações de adequação e/ou orientação a partir de tal análise.

11



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017. Anexo XXVI. artigo 8º. parágrafo 1º. inciso V.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A.. Gestora Municipal de Saúde. 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Desde a visita dos auditores a regulação municipal reformulou a organização dos processos de trabalho resultando na adoção de um sistema de gestão informatizado experimental, implantado em agosto/2020. Esse, por sua vez, passa por adequações frequentes para a inclusão de funcionalidades mais robustas, que proporcione diagnosticar, orientar e adequar os fluxos assistenciais (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do Relatório do Sistema de Gestão Informatizado Experimental. É possível verificar o nome dos pacientes, CPF dos mesmos, procedimento solicitado, data da solicitação e data de agendamento do procedimento ou outra situação referente à solicitação (aguardando.... por exemplo), tanto para procedimentos clínicos quanto cirúrgicos. O sistema emite ainda relatório de procedimentos realizados, informando o nome e o CPF do paciente, o procedimento realizado, clínico ou cirúrgico, data da solicitação e data da realização do procedimento e o telefone dos pacientes.

A implantação do referido sistema de informações pode ser considerado como marco importante rumo à efetiva adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação. Entretanto ele, por si só, pouco contribuirá para o alcance da proposta formalizada. Será necessário utilizá-lo associado a outras práticas de controle, análise e planejamento.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Recomendação:** Implementar, efetivamente, a adequação e a orientação dos fluxos assistenciais à partir do controle do acesso, utilizando como uma das possíveis ferramentas o sistema de gestão informatizado já implantado, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação Nº 2/2017. Anexo XXVI. artigo 8º. parágrafo 1º. inciso V.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANGA - FMS MANGA	12.050.997/0001-73



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 598998

**Subgrupo:** Centrais de Regulação

**Item:** Satisfação do Usuário

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da

12



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



gestora municipal de saúde, verificou-se que inexistem mecanismos formalmente definidos para avaliar a satisfação dos usuários que utilizam as unidades assistenciais do município.

A gestora relatou que recebe e responde as demandas dos usuários esporadicamente, utilizando como meio de registro a formalização apenas das queixas dos usuários que procuram a Secretaria Municipal de Saúde. Relatou que tais queixas são checadas e respondidas.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, inciso IX.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A.. Gestora Municipal de Saúde. 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Foi elaborado o formulário de Pesquisa Satisfação dos Usuários em consonância com o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde, o qual prevê a realização de atendimento presencial ou por telefone. Além disso, o Componente Municipal de Ouvidoria está em processo de implantação e disponibilizará outros canais de comunicação aos usuários do SUS (e-mail, formulários web). Caixas de sugestões e reclamações já foram instaladas nas UAPS (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do QUESTIONÁRIO DA AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS, onde consta o perfil do usuário (dados gerais), perguntas acerca de como marcou o atendimento, quanto tempo demorou para ser atendido, se considera o tempo que demorou para ser atendido na UAPS razoável, sobre a limpeza dos ambientes, avaliação da recepção e da equipe da assistência, confiabilidade na equipe dentre outras, e questões específicas sobre as internações.

A equipe de auditores entende que a iniciativa apresentada representa o início de uma proposta de, efetivamente, avaliar a satisfação dos usuários atendidos nas UAPS. Entretanto, o questionário por si só não será suficiente para atingir tal objetivo. Será necessário a conjugação de esforços da equipe gestora e utilização de outros mecanismos (como citado na manifestação: e-mail, ouvidoria etc.) para obter êxito na proposta.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

#### Recomendação:

Implementar, efetivamente, um sistema de avaliação da satisfação dos usuários atendidos nas unidades de saúde do



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



município, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, inciso IX. **Destinatários**

### **da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANGA - FMS MANGA	12.050.997/0001-73



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 598999

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde.

Foram apresentados os Espelhos da Ficha de Programação Físico Orcamentária das Unidades de Saúde municipais devidamente atualizadas.

Constatação em conformidade com a Resolução CIT Nº 04/2012, Anexo I, item 4.1.h e com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

**Fonte da Evidência:** - Cópias dos espelhos das FPOs - Fichas de Programação Físico Orcamentárias - das Unidades de Saúde do município, competência 01/2020.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 599000

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré requisitos previstos nas normativas do SUS.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e, conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que o profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré requisitos previstos nas normativas do SUS.

A Gestora Municipal de Saúde, Enfermeira, declarou que acumula as funções de autorizadora de AIHs por inexistir na rede municipal outro profissional devidamente designado para as funções. Informou que autoriza procedimentos eletivos e que o município não utiliza APACs. Pela sua formação e pelos procedimentos autorizados a citada servidora não se enquadra nos pré requisitos previstos nas normativas do SUS para exercer a função.

Constatação em desconformidade com a Portaria SAS/MS Nº 1.011 de 03 de outubro de 2014, artigo 6º, incisos I, II e III; Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Item 4.3 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.h e Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

**Fonte da Evidência:** - Espelhos das AIHs autorizadas no período de abrangência da auditoria, verificados in loco;  
- Termo de Declaração de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, em 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Saúde considerando o questionamento sobre a categoria profissional do autorizador de AIHs vinha seguindo a orientação da Coordenadoria de Informação do Sistema Hospitalar de Belo Horizonte - MG conforme (Aviso 11 de 15 de Maio de 2009 - EM ANEXO). Tal tomada de decisão teve caráter temporário e hoje já tem cadastrado

14

profissional médico. devidamente vinculado a gestão municipal. no perfil de autorizador. desta maneira. adequando o serviço à Portaria SAS/MS Nº 1.011 de 30 de outubro de 2014 (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do Contrato de Trabalho PMM 0169 2020, através do qual é contratado, por prazo determinado, de 02/01/2020 a 31/12/2020, o profissional médico J.C.R. para atuar como Médico do PSF, designando-o, também, para exercer a função de autorizador. Também, pela Portaria Municipal Nº 063 de 18 de maio de 2020, foi nomeada em cargo de provimento em comissão a servidora I.S.P., como Coordenadora de Regulacão em Saúde, sendo também designada para a função de autorizadora de AIHs.

Ainda, em resposta a e-mail solicitado pelo município à Coordenação de Informação dos Sistemas Hospitalares da SES/MG são confirmados os nomes dos dois profissionais acima citados e o do servidor municipal E.O.S. como autorizadores de AIH do município de Manga.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, corroborada pela documentação comprobatória acostada, as justificativas foram acatadas pela equipe de auditores.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulacão

**Constatacão Nº:** 599001

**Subgrupo:** Centrais de Regulacão

**Item:** Documentacão/Registros

**Constatacão:** O Gestor de Saúde não estabelece prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

**Evidência:** Verificando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaracão da gestora municipal de saúde, verificou-se que o Gestor de Saúde não estabelece prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

A gestora informou que a autorizacão das AIHs para procedimentos eletivos é feita previamente e para os casos de urgência/emergência não sabe informar em virtude de tais procedimentos não estarem sob a subordinacão municipal, estando com o Hospital local. Independentemente das afirmacões não se verificou o estabelecimento de prazo máximo para tais autorizações.

Constatacão em desconformidade com a Portaria SAS/MS Nº 1.011/2014, artigo 7º.

**Fonte da Evidência:** - Verificacão in loco:

- Termo de Declaracão de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A.



(representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Publicação Portaria Nº.0127/2020, de 06 de novembro de 2020 que estabelece prazos para que sejam concedidas as autorizações de internações hospitalares (AIH), para os casos eletivos e para as urgências no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Manga - MG (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia da Portaria Municipal Nº 0127/2020 de 06 de novembro de 2020, estabelecendo prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de internações hospitalares (AIH), para os casos eletivos e para as urgências e estabelece prazo



máximo para que sejam concedidas as autorizações de procedimentos ambulatoriais (APAC), para os casos eletivos e para as urgências.

O prazo entre a autorização e a internação foi fixado em, no máximo, 30 (trinta) dias. Nos casos de internações de urgência o laudo emitido deverá ser apresentado para autorização em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar da internação. No caso de APAC a autorização deverá ser prévia e o prazo entre a autorização e a realização do procedimento não deve exceder 10 (dez) dias. Por fim, a autorização de laudos de procedimentos de urgência deve ocorrer em, no máximo, 03 (três) dias úteis após a realização do procedimento.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 599002

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da Gestora Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Constatação em desconformidade com a Resolução CIT Nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n, Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso V e Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, incisos VI e VIII e artigo 10, parágrafo 3º, inciso XI.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

As equipes do município avaliam diariamente os procedimentos realizados nos estabelecimentos, os profissionais responsáveis analisam as APACs e AIHs, os técnicos da Secretaria de Saúde registram informações sobre o usuário, sobre sua identificação, procedimento realizado e se houve entrega de resultados, foi elaborado ainda visando o fortalecimento das ações do CMA um instrumento de avaliação em consonância com o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde para realização do Monitoramento, Controle e Avaliação dos Serviços sobre os pilares: I) Gestão organizacional; II) Apoio técnico e logístico para a produção do cuidado; III) Gestão da atenção à saúde e do cuidado; IV) Serviço e unidades específicas, em consonância com o



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde. Periodicidade de aplicação: semestral. Previsão de início das avaliações: Dezembro de 2020 (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do instrumento COMPONENTE MUNICIPAL DE AUDITORIA DO SUS - CMA-SUS - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS. Neste documento constam itens de avaliação da Gestão Organizacional (06 itens sobre Gestão

16



de Contratos. 06 sobre Planejamento e organização. 06 sobre Gestão da Informação. 06 sobre Gestão de Pessoas e 06 sobre Gerenciamento de risco e segurança do paciente).

Constam também itens de avaliação do Apoio Técnico e Logístico para a Produção do Cuidado (06 itens sobre Gerenciamento de risco e segurança do paciente. 06 itens sobre Gestão da infraestrutura e ambiência. 06 itens sobre Gestão de equipamentos e materiais. 06 itens sobre alimentação e nutrição. 06 itens sobre Assistência Farmacêutica. 06 itens sobre Processamento de roupas e materiais e 06 itens sobre Serviços de apoio técnico e administrativo à atividade finalística do estabelecimento).

Constam itens sobre a Gestão da Atenção à Saúde e do Cuidado (06 itens sobre Integração com a Rede de Atenção à Saúde. 06 sobre Protocolos administrativos e clínicos. 06 sobre Gestão do cuidado e 06 sobre Acesso à estrutura assistencial).

Por fim. Constam itens referentes aos Serviços e Unidades Específicas (06 itens sobre Atenção imediata - urgência e emergência. 06 itens sobre Atenção em regime ambulatorial especializado. 06 itens sobre Atenção em regime de internação. 06 itens sobre Atenção em regime de terapia intensiva. 06 itens sobre Atenção cirúrgica e anestésica e 06 itens sobre Atenção materna e infantil).

Foram apresentadas, ainda, cópias de relatórios de atendimentos médicos ambulatoriais realizados via Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Manga, constando nome dos pacientes, procedimentos e datas de realização e médico assistente, por especialidade, além de relação de exames de apoio ao diagnóstico (audiometrias, duplex, ecocardiografia, EEG, endoscopia, exames laboratoriais, holter, tomografias, ultrassom, dentre outros).

Também foram enviados relatórios gerenciais referentes ao processamento do SIA/SUS (Recibos de envios de Dados, Sintético de Procedimentos por Unidade e Sínteses da Produção Ambulatorial).

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 599003

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Contratualização

**Constatação:** Não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado para a Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que inexistia a Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado para a Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço - Hospital Funrural, já que inexistia a citada contratualização que encontra-se em fase de elaboração.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Capítulo II, artigo 5º, inciso VII e Capítulo V, Seção IV, artigo 32, Caput.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco;  
- Termo de Declaração de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, em 05/03/2020.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se

17

manifestaram da seguinte forma:

Foi formalizado a Portaria Nº. 0128/2020, de 06 de novembro de 2020 que dispõe sobre a criação e nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, firmada entre o município de Manga e a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do campo (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia da citada Portaria (0128/2020), dispondo sobre a criação e nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, firmada entre o município de Manga e a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo. A Portaria nomeia 06 (seis) membros, sendo 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde e 03 (três) representantes da Fundação Hospitalar. Em seu artigo 4º a Portaria prevê que a Comissão emitirá relatórios ou registros em livro de atas bimestrais, que comprovem a realização das ações de monitoramento e avaliação do processo de contratualização. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 599132

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Normas/rotinas/protocolos/comissões internas

**Constatação:** Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD - Tratamento Fora do Domicílio - formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, e conforme Termo de Declaração da gestora municipal de saúde, verificou-se que a Comissão Municipal responsável pelo TFD - Tratamento Fora do Domicílio - formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde não existe.

Constatação em desconformidade com a Portaria SAS Nº 55/1999, artigo 6º.

**Fonte da Evidência:** - Verificação in loco:

- Termo de Declaração de P.B.A., Gestora Municipal de Saúde, 05/03/2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Foi formalizado Decreto Nº. 064/2020 de 30 de outubro de 2020, que institui e nomeia a comissão de tratamento fora do domicílio da Secretaria Municipal de Saúde de Manga/MG. Vale ressaltar que as inconformidades foram corrigidas imediatamente após serem apontadas, ainda durante a visita dos auditores (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do Decreto Municipal Nº 064 de 30/10/2020, que institui e nomeia a comissão de tratamento fora do domicílio da Secretaria Municipal de Saúde de Manga/MG. Foram nomeados a atual Secretária Municipal de Saúde (L.A.S.D), uma Assistente Social (I.S.P.), um Médico (J.C.R.) e uma servidora administrativa (R.L.C.S.).

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

18





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Grupo:** Controles Internos

**Constatação Nº:** 599140

**Subgrupo:** Processo

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** O TFD - Tratamento Fora do Domicílio - não foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que a concessão de ajudas de custo a título de TFD - Tratamento Fora do Domicílio - não foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação.

Verificou-se o custeio, parcial ou total, de procedimentos, inclusive cirúrgicos, em serviços particulares que não mantinham convênio/contrato com o SUS, como determina a legislação vigente e com valores discrepantes da Tabela SUS.

Constatação em desconformidade com a Portaria SAS Nº 55/1999, artigo 1º, parágrafo 2º.

**Fonte da Evidência:** - Nota de Empenho Nº 5273/2018-001 de 29/06/2018, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Cópia do Relatório Sócioeconômico e laudo Social do paciente F.M.F., Cópia do encaminhamento do profissional Dr. R.W.G.C., com anotação para atendimento na Clínica Ressonar ou LifeScan, ambas particulares, cópia do cheque nº 271195, conta corrente 28.760-1 do FMS, agência 0945, do Banco do Brasil:

- Nota de Empenho Nº 5275/2018-001 de 29/06/2018, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Cópia do Relatório Sócioeconômico e laudo Social da paciente D.B.R., Cópia do agendamento do procedimento no Luxemburgo Nuclear Medcenter, no município de Belo Horizonte, instituição particular, cópia do cheque nº 271191, conta corrente 28.760-1 do FMS, agência 0945, do Banco do Brasil:

- Nota de Empenho Nº 5252/2018-001 de 29/06/2018, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Cópia do Relatório Sócioeconômico e laudo Social da paciente C.L.S., Cópia do pedido do profissional Dr. S.Z.S., do Centro Diagnóstico de Medicina Avançada, instituição particular, cópia do TED de número de autenticação 8.749.D46.70D.037.2D, da conta corrente 28.760-1 do FMS, agência 0945, do Banco do Brasil, para a conta corrente da favorecida, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), valor este divergente da Nota de Empenho:

- Nota de Empenho Nº 5708/2018-001 de 12/07/2018, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Cópia do Relatório Sócioeconômico e laudo Social da paciente E.F.S., Cópia do encaminhamento do profissional Dr. H.F.A.P., com encaminhamento ao Hospital Prontocor de Montes Claros, para internação da paciente em regime PARTICULAR, no valor total do procedimento de R\$ 2.200,0 (dois mil e duzentos reais), e cópia do cheque nº 271196, conta corrente 28.760-1 do FMS, agência 0945, do Banco do Brasil, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), valor concedido para custear parcialmente o procedimento.

**Conformidade:** Não Conforme





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

19

O Município adotou o Manual de TFD. na rotina do serviço.

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do MANUAL ORIENTADOR PARA NORMATIZAÇÃO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD - elaborado pela equipe técnica municipal. Consta no mesmo apresentação, definições (do conceito e do pedido), competências do Gestor Municipal de Saúde e da Comissão Municipal de TFD, critérios para regulação e autorização, fluxos para autorização/regulação, previsão de renovação e indeferimento de pedidos, retorno, alta, acompanhantes, despesas previstas e tabela de procedimentos com respectivos valores. Consta, ainda, fluxo de TFD Interestadual, previsão de Reembolso Interestadual, previsão de despesas com óbitos, forma de processamento e considerações finais. Apesar das medidas adotadas não se comprovou a concessão de TFD exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Recomendação:** Implementar, efetivamente, a concessão de TFD conforme proposta apresentada na manifestação e conceder o benefício exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, cumprindo o que determina a Portaria SAS nº 55/1999, artigo 1º, parágrafo 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MANGA - FMS MANGA	12.050.997/0001-73

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 599142

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orcamentária e Gestora dos recursos.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orcamentária e Gestora dos recursos.

A Lei Municipal Nº 1.916 de 30 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do município de Manga para o exercício 2020, em seu Anexo 06 - Detalhamento do programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orcamentária - prevê o Fundo Municipal de Saúde como Unidade 04.02. Também no Demonstrativo da Despesa Fixada, Orçamento 2020, o FMS aparece com a mesma classificação. Ainda, nas Notas de Empenho o mesmo aparece com a classificação



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado

---



02.04.02, com vinculação direta à Secretaria Municipal de Saúde.

Verificou-se, ainda, que o Fundo Municipal de Saúde foi instituído pela Lei Municipal Nº 1.362 de 21 de setembro de 1993 e que possui CNPJ na condição de Matriz, com Nº 12.050.997/0001-73 e natureza 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal), aberto em 17/11/2009.

Constatação em conformidade com a Lei Complementar Nº 141/2012, artigo 14.

**Fonte da Evidência:** - Cópia da Lei Municipal Nº 1.916 de 30 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do município de Manga para o exercício 2020 e seu Anexo 06 - Detalhamento do programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária;

20



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

- Cópia do Demonstrativo da Despesa Fixada. Orcamento 2020:
- Cópia das Notas de Empenho de números 5274/2018-001 de 29/06/2018. 7579/2019-001 de 23/10/2019 e 8096/2019-001 de 07/11/2019:
- Cópia da Lei Municipal Nº 1.362 de 21 de setembro de 1993:
- Cópia do Comprovante de Inscrição no CNPJ Nº 12.050.997/0001-73. emitido em 02/03/2020.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 599148

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados na conta corrente nº 28.760-1, da agência 0945-8 do Banco do Brasil, vinculada ao CNPJ do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Constatação em conformidade com a Lei Complementar Nº 141, artigo 2º, parágrafo único.

**Fonte da Evidência:** - Cópia da Relação de Contas Correntes vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, emitida e assinada pela Gestora Municipal de Saúde em 04/03/2020;  
- Cópia das Notas de Empenho de números 7792/2019-001 de 31/10/2019, 7791/2019-001 de 31/10/2019, 7790/2019-001 de 31/10/2019 e 9374/2019-001 de 20/12/2019.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 599149

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** A Gestora Municipal de Saúde ordena as despesas.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, em especial as Notas de Empenho emitidas verificou-se, através da aposição de sua assinatura no campo específico, que a Gestora Municipal de Saúde ordena as despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Ainda, verificou-se que a gestora municipal de saúde foi legalmente investida na função através da Portaria Municipal nº 050 de 31 de maio de 2019 assumindo, assim, a atribuição de ordenadora de despesas do setor, atribuição esta prevista na Lei Municipal nº 1.362 de 21 de setembro de 1999 que institui o Fundo Municipal de Saúde, em seu artigo 3º.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Constatação em conformidade com o Decreto Lei Nº 200/67, artigo 80, parágrafo 1º, IN/DTN Nº 10/91 e Lei Federal Nº 8.080/1990, artigo 32, parágrafo 2º.

**Fonte da Evidência:** - Cópia das Notas de Empenho de Nº 5273/2018-001 de 29/06/2018, 5275/2018-001 de 29/06/2018, 5252/2018-001 de 29/06/2018, 5708/2018-001 de 12/07/2018, 5274/2018-001 de 29/06/2018, 7579/2019-001 de 23/10/2019,

21

8096/2019-001 de 07/11/2019. 7792/2019-001 de 31/10/2019. 7791/2019-001 de 31/10/2019. 7790/2019-001 de 31/10/2019 e 9374/2019-001 de 20/12/2019:

- Cópia da Portaria Municipal nº 050 de 31 de maio de 2019:

- Cópia da Lei Municipal nº 1.362 de 21 de setembro de 1999.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 599173

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** A Gestora Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, em especial as Notas de Empenho emitidas durante o período de abrangência da auditoria, verificou-se que a Gestora Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos, estando esta atribuição com o Prefeito Municipal, o senhor J.O.S.F., CPF 561.519.346-87.

Constatação em desconformidade com o Decreto Lei Nº 200/67, artigo 80, parágrafo 1º, com a IN/DTN Nº 10/91 e com a Lei Federal Nº 8.080/1990, artigo 32, parágrafo 2º.

**Fonte da Evidência:** - Cópia das Notas de Empenho de Nº 5273/2018-001 de 29/06/2018, 5275/2018-001 de 29/06/2018, 5252/2018-001 de 29/06/2018, 5708/2018-001 de 12/07/2018, 5274/2018-001 de 29/06/2018, 7579/2019-001 de 23/10/2019, 8096/2019-001 de 07/11/2019, 7792/2019-001 de 31/10/2019, 7791/2019-001 de 31/10/2019, 7790/2019-001 de 31/10/2019 e 9374/2019-001 de 20/12/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Conforme cópia da Nota de Empenho nº 7220 as atualizações solicitadas pelos auditores foram feitas juntos com o setor financeiro (em anexo). Segue ainda, cópia da lei Nº. 1.362 de 21 de setembro de 1993, a qual institui o Fundo Municipal de Saúde.

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia da Nota de Empenho Nº 7220/2020-001 NAF: 2020/002305, de 30/09/2020, em que a Gestora Municipal de Saúde se apresenta como autorizadora dos pagamentos.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



Vide campo CONCLUSÃO.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 599174

22



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Contrato

**Constatação:** Os Contratos e Convênios assinados com o único prestador hospitalar do município não estão formalizados adequadamente, apresentando ausência de cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que os Contratos e Convênios assinados com o único prestador hospitalar do município não estão formalizados adequadamente, apresentando ausência de cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação.

Foram apresentados o Termo de Fomento Nº 01/2018 de 24 de janeiro de 2018, o Termo de Convênio Nº 17/2018 de 02 de maio de 2019 e o Termo de Convênio Nº 01/2020, celebrados entre o município de Manga, através de sua Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo, único prestador hospitalar existente no município.

Em todos os termos citados verificou-se a ausência de cláusulas referentes a metas quantitativas e qualitativas a que a Fundação estivesse submetida para fazer jus ao recebimento dos valores especificados, apesar de em todos eles fazerem referência ao Plano Operativo Anual que, na prática se restringiu a um Plano de Trabalho com cronograma de execução e de desembolso, sem especificar metas qualitativas e/ou quantitativas.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXIV, capítulo III, artigo 35, inciso III.

**Fonte da Evidência:** - Cópia dos Termo de Fomento Nº 01/2018 de 24 de janeiro de 2018, o Termo de Convênio Nº 17/2018 de 02 de maio de 2019 e o Termo de Convênio Nº 01/2020, celebrados entre o município de Manga, através de sua Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Foi formalizada a Contratualização do Município de Manga com a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo para realização dos procedimentos de média complexidade, através do Contrato Administrativo Processo Nº 025/2020-INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020 (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia do Contrato Administrativo Processo Nº 025/2020-INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020, formalizando a contratação da Fundação para fins de execução de ações e serviços de saúde de atenção hospitalar e/ou ambulatorial, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Constam no referido contrato o objeto do mesmo, obrigações das partes, obrigações comuns, regime de execução e gestão do Contrato, a forma de transferência de recursos, atribuições da Comissão de Avaliação, vigência, da forma da prestação de contas, possíveis penalidades e indicadores e metas.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 599225



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

**Constatação:** Os Contratos ou Convênios formalizados com o prestador hospitalar local de serviços ao SUS não foram precedidos de Processos Licitatórios.

**Evidência:** Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela entidade auditada, verificou-se que os Termos de Fomento e Convênios celebrados com a única unidade hospitalar que presta serviços ao SUS no Município não foram precedidos de processos licitatórios.

Apresentada a relação de Processos Licitatórios por Objeto, dos anos de 2018 e 2019, verificou-se apenas um processo, ainda em andamento, de número 67, modalidade inexigibilidade, para contratação de pessoa jurídica de direito privado, para fins de execução de ações e serviços de saúde de atenção hospitalar e/ou ambulatorial, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informações do Setor de Licitações e Contratos este processo não tem previsão de conclusão por ainda estar em análise pelo Departamento Jurídico.

Constatação em desconformidade com a Lei 8.666/93 e a Portaria de Consolidação Nº 1/2017, artigo 132, caput.

**Fonte da Evidência:** - Relação de Processos Licitatórios por objeto, anos de 2018 e 2019, extraída pelo setor de Licitações e Contratos em 04/03/2020, verificada in loco.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício 142/2020/Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma:

Foi formalizado a Contratualização entre Município e a Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo para realização dos procedimento de média complexidade, através do Processo Nº. 025/2020 (comprovação em anexo).

**Análise da Justificativa:** Em documentação anexa à manifestação, gestora e ex gestora apresentam cópia da publicação nos jornais Hoje em Dia, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Diário Oficial da União, todos do dia 13 de maio de 2020, do extrato de Contrato oriundo de Processo de Licitação Nº 025/2020, Inexigibilidade 003/2020, celebrado entre o Município de Manga e a Fundação de Amparo ao Homem do Campo. Anexa, ainda, Cópia do Termo de Ratificação e Homologação de Inexigibilidade datado de 08 de maio de 2020. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

## VIII - CONCLUSÃO





datado de 10 de novembro de 2020 a senhora P.B.A. (representante legal da pessoa jurídica auditada e pessoa física notificada com o Relatório Preliminar) e a senhora L.A.S.D. (ex gestora municipal de saúde notificada como pessoa física), apresentaram manifestação única em relação às não conformidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 612. Assim, em relação a esta não conformidade, se manifestaram da seguinte forma: Conforme cópia da Nota de Empenho nº 7220 as atualizações solicitadas pelos auditores foram feitas junto ao setor financeiro (em anexo). Segue ainda, cópia da Lei Nº. 1.362 de 21 de setembro de 1993, a qual institui o Fundo Municipal de Saúde. Ocorre que, ao analisar a citada Nota de Empenho, verificou-se que a gestora municipal de saúde, ao ser investida na atribuição de autorizadora de pagamentos, corrigindo a não conformidade apontada, criou uma nova situação não conforme ao não observar a segregação de funções prevista no entendimento consubstanciado do Tribunal de Contas da União - TCU - (TCU, Portaria nº 63/96, Glossário) e Instrução Normativa nº 1/2001 da Secretaria Federal de Controle - SFC - inciso IV, de 06 de abril de 2001 cumulando as funções de ordenadora de despesas, liquidante e autorizadora de pagamentos. A manifestação foi acatada pela equipe de auditores pelo fato da constatação não conforme ter sido sanada, associado ao fato da não segregação de funções não ter sido apontado oportunamente. Recomenda-se, à Secretaria Municipal de Saúde de Manga, observar o princípio da segregação das funções.



